

A economia venezuelana: situação atual e perspectivas no Mercosul

JOSÉ MANUEL PUENTE

Este trabalho tem por objetivo mostrar uma visão geral da evolução da economia venezuelana nos últimos 56 anos, dando especial ênfase à conjuntura atual. A análise será realizada da perspectiva das variáveis macroeconômicas fundamentais. Tudo isso com a intenção de compreender a situação atual e as perspectivas da economia venezuelana no Mercosul.

I. 56 ANOS: DOIS PADRÕES DE CRESCIMENTO E INFLAÇÃO RADICALMENTE DIFERENTES

Paradoxalmente, a crise econômica venezuelana acontece depois de um importante período de prosperidade. Com efeito, a sociedade venezuelana, desde os anos 50 até os 70, desfrutou de um ritmo de crescimento econômico alto e estável, com uma das taxas de inflação mais baixas do mundo, como se depreende do Gráfico 1.

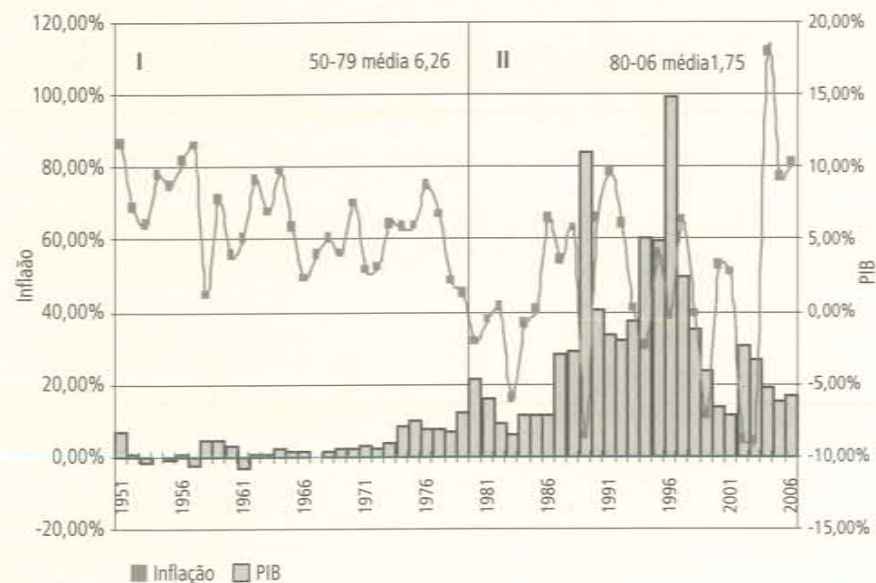
Para o período 1950 a 1979, o crescimento médio anual do PIB foi de 6,26 %, enquanto que a inflação média para o período foi de 3,5%. Esses resultados foram obtidos como consequência, entre outros fatores, de um conjunto de regras econômicas simples que coexistiam com políticas de substituição de importações. Durante aqueles anos, a Venezuela manteve um gasto público crescente dentro de orçamentos equilibrados, taxas de juros baixas, mas reais positivas, e um regime de tipo de câmbio fixo.

Na década de 1980, os problemas macroeconômicos básicos, recessão, inflação, desemprego, desequilíbrio externo e fiscal, tomaram proporções des-

conhecidas. Esse período caracterizou-se por um crescimento médio negativo e sumamente volátil. Por sua vez, a inflação, que se mantivera em taxas muito similares e, inclusive, inferiores às internacionais até meados dos anos 70, rompeu todas as marcas históricas, distanciando-se fortemente da inflação externa. Do mesmo modo, a taxa de desemprego mostrou um grande aumento e variabilidade. Associadas a esses fenômenos, aconteceram grandes desvalorizações e uma volatilidade cambial incomparável com a experiência histórica, saltos muito erráticos na conta corrente da balança de pagamentos e uma gestão fiscal que foi se deteriorando sem parar.

Nos últimos 28 anos, a economia venezuelana não somente deixou de estar entre as mais exitosas, como passou a ocupar um dos últimos lugares entre as economias latino-americanas. De taxas de crescimento médio superiores a 6% anuais combinadas com inflações de 3%, a Venezuela passou a sofrer recessão econômica com alta inflação. Em particular, a década de 1980 caracterizou-se por um crescimento médio negativo (-0,16) e a de 1990 por um crescimento moderado mas com altíssimas inflações (46% de média anual). Em síntese, as últimas três décadas tiveram uma taxa muito baixa de crescimento do PIB, com altíssimas taxas de inflação.

Gráfico I. Taxa de crescimento do PIB e inflação 1950-2006.



Fonte: Cálculos próprios do autor baseados em dados do Banco Central de Venezuela.

Os números mencionados anteriormente evidenciam uma mudança estrutural na tendência que caracterizou o período precedente de 1950-1979. Em consequência, é possível visualizar claramente dois padrões de comportamento totalmente diferentes da economia venezuelana nos últimos anos. Um de alto crescimento (I) e outro de grande volatilidade e relativo baixo crescimento (II), como se observa no Gráfico 1. Na literatura econômica, poucos países apresentam evidências de mudanças tão radicais no comportamento de suas variáveis macroeconômicas.

2. COMENTÁRIOS SOBRE A CONJUNTURA E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Durante 2006, a economia venezuelana sofreu o impacto positivo do *boom* dos preços do petróleo. Impulsionado pelos altos preços da cesta de petróleo (US\$56,4/barril), o Produto Interno Bruto (PIB) venezuelano aumentou pelo 12º trimestre consecutivo, alcançando a magnitude de 10,3% (Gráfico 2). Por atividade econômica, o crescimento do PIB durante o ano foi impulsionado pelo setor não-petrolero, o qual cresceu 11,4% (11,1% em 2005); enquanto que a atividade petrolera decresceu em 0,3%, o que contrasta com o aumento de 2,6% alcançado em 2005.

Dentro das atividades não-petroleras, as que registraram os maiores aumentos foram: instituições financeiras e seguros, com um incremento de 37%, o que significou 240 pontos básicos acima do aumento registrado no ano passado; seguido de construção, com um incremento de 29,5%, resultando em um aumento de mais de 600 pontos básicos em relação ao aumento de 2005, e comunicações, que cresceu 23,5%, em comparação com os 20% alcançados em 2005. Em conjunto, essas atividades representam 20% do setor não-petrolero da economia. Por sua vez, manufatura e governo, que possuem uma participação de quase 40% da atividade não-petrolera, cresceram 10% e 4,2% respectivamente (MERCANTIL, 2006). Em conclusão, os setores de maior crescimento foram os associados a bens não transacionáveis, enquanto que os transacionáveis¹ tiveram um dinamismo muito baixo, assim como a atividade petrolera, que só cresceu 0,3%.

1. Os bens não transacionáveis são aqueles que só podem ser consumidos na economia em que são produzidos; não podem ser importados nem exportados. Sua presença afeta cada uma das características da economia, desde a determinação dos preços até a estrutura da produção.

Gráfico 2. PIB anual por classe de atividade econômica (Taxas de crescimento).



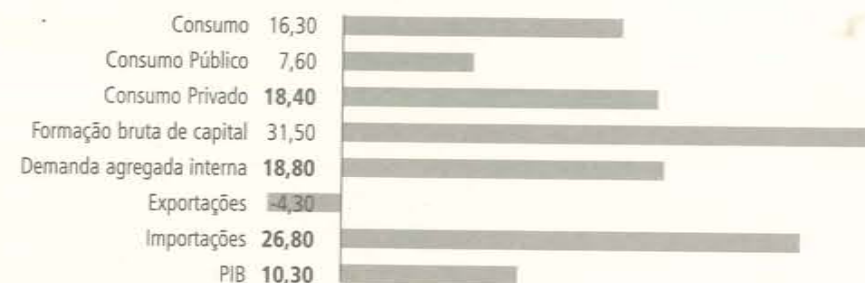
Fonte: Banco Central de Venezuela.

2.1 Demanda agregada interna

Em relação aos componentes da demanda agregada interna, durante 2006 destaca-se a manutenção da expansão do consumo total (público e privado), o qual representou 72,1% da demanda agregada. O consumo privado ou dos lares teve um dinamismo maior (18,4%) em comparação à variação do consumo público (7,6%), sendo conseqüência da expansão do crédito ao consumo pelo maior acesso a ele, da melhoria da renda familiar pelo aumento do emprego, e do benefício das transferências de recursos às famílias mediante diversos programas sociais (MERCANTIL, 2006).

Um dos traços fundamentais da conjuntura econômica refere-se aos altos padrões de consumo e ao mecanismo utilizado para resolver a brecha entre a demanda e a oferta de bens, que teria requerido um ajuste dos preços. Não obstante, a bonança petroléira na Venezuela permitiu uma entrada significativa de divisas (exportações de US\$ 64.568 em 2006) que, unida à existência de um controle do câmbio, impulsionou o crescimento das importações. De fato, as importações foram um dos componentes da demanda agregada com maior crescimento em 2006 (26,8%), o que permitiu compensar a defasagem entre a oferta e a demanda de bens.

Gráfico 3. Demanda agregada. Variação % 2006.



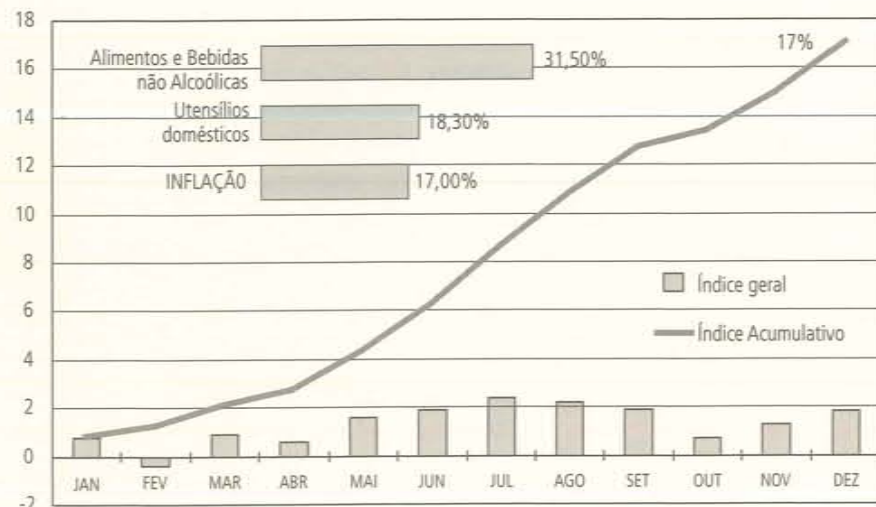
Fonte: Banco Central de Venezuela.

2.2 Inflação

A Venezuela teve um alto crescimento em 2006, impulsionado fundamentalmente pelo choque dos preços do petróleo, mas continuou pelo quarto ano consecutivo tendo a inflação mais alta da América Latina e uma das mais altas do mundo. Nos primeiros quatro meses de 2006, a taxa de inflação mensal registrou valores abaixo de 1% e no mês de fevereiro chegou a ter uma variação negativa (deflação) de 0,4%. No entanto, a partir de maio (com exceção de outubro) as taxas de inflação oscilaram entre 1,3% e 2,4%. Assim, a taxa de inflação alcançou 17% anuais em 2006, o que significou um aumento de 260 pontos básicos em relação ao registrado em 2005 e consideravelmente acima da meta de inflação do governo (10%). Esse importante processo inflacionário ocorreu paradoxalmente em um contexto de: a) administração e controle de preços, b) preços subsidiados pelo Estado, c) programas de distribuição de alimentos controlados pelo governo (Mercal, Casa e Fundaproal), d) maior entrega de divisas por parte de CADIVI, e) maiores importações e f) manutenção do tipo de câmbio; fatores que foram insuficientes para reduzir o impacto inflacionário do significativo aumento do gasto público e da expansão do crédito, tendo em vista os altos graus de liquidez e baixas taxas de juros (MERCANTIL, 2006).

Com relação à origem dos bens, os nacionais registraram uma inflação de 18%, enquanto que os preços dos bens importados se desaceleraram pelo segundo ano consecutivo para alcançar 9,2% no final de 2006. Este comportamento dos preços internos e externos resultou, nos últimos anos, em um barateamento relativo dos bens importados em relação aos nacionais, conseqüência da baixa inflação internacional e da manutenção do tipo de câmbio oficial em Bs/US\$ 2.150 desde 2005, frente à ainda elevada taxa de inflação interna.

Gráfico 4. Inflação 2006.



Fonte: Banco Central de Venezuela.

3. A POLÍTICA DOS "CONTROLES"

Em resumo, são vários os fatores que caracterizam a política econômica da Venezuela na conjuntura atual: 1) controles de preços, do câmbio e das taxas de juros; 2) apreciação do câmbio, que gerou um *boom* de importações e queda das exportações não-petrolíferas. Em 2006, as importações chegaram a US\$ 31.344, o que representa um aumento de 25% em relação a 2005 e de mais de 100% desde 2003. Como se mencionou anteriormente, essa apreciação do câmbio é consequência da alta inflação que a economia venezuelana sofreu nos últimos anos com relação a seus principais sócios comerciais. Em particular, a inflação acumulada durante 2006 (17%) é quase o dobro da da Argentina e do Paraguai, o triplo da do Uruguai e cinco vezes a do Brasil, seus sócios comerciais no Mercosul (Gráfico 4). Uma vez que o tipo de câmbio nominal não é ajustado desde 2005, o tipo de câmbio real apreciou.² O câmbio

2. Tipo de Câmbio Nominal

- Preço em que se intercambiam Bs x US\$.

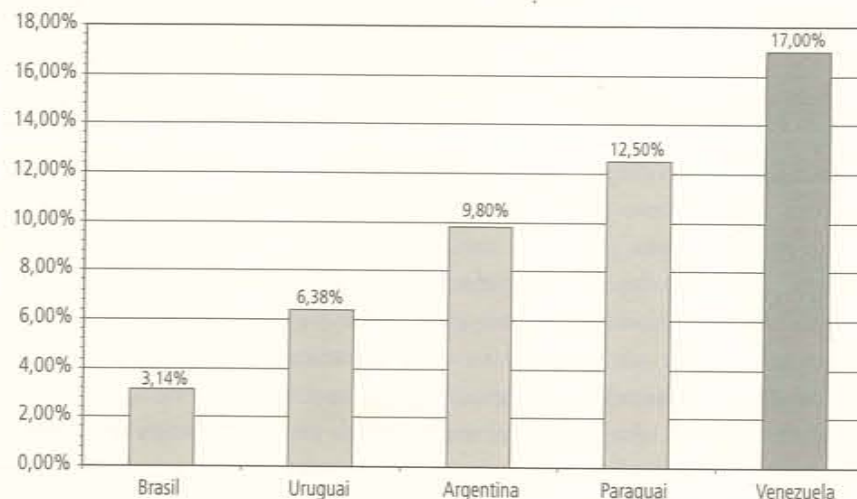
Tipo de Câmbio Real

- É indicador de competitividade de um país. Mede se os bens produzidos nele estão barateando ou encarecendo em relação aos bens produzidos no exterior.

(continua)

bio real (TCR) permite analisar a evolução dos custos e preços internos, levando-se em consideração o impacto dos preços externos, medidos através do tipo de câmbio. Dessa maneira, o TCR é uma medida da competitividade de um país. Usando-se essa metodologia, desde a implementação do controle do câmbio, o tipo de câmbio real se apreciou em 22,1% (Ecoanalítica, 2006). Em consequência, um tipo de câmbio apreciado, muito abaixo de seu valor de equilíbrio, encareceu os produtos venezuelanos em relação aos bens produzidos no exterior, favorecendo as importações e limitando o crescimento das exportações não tradicionais.³

Gráfico 5. Inflação dos países do Mercosul 2006.



Fonte: Bancos Centrais de cada país.

Outra das características fundamentais da conjuntura é uma política fiscal "muito" expansiva, com um nível de gasto público superior a 36% do PIB. Em termos reais, o gasto público de 2006 é o mais alto que o país teve desde

(continuação)

$$TCR = \frac{TCN \times P^*}{P_i} = \frac{(Bs/\$) \times \$}{Bs}$$

TCR sobe = Depreciação Real

TCR baixa = Apreciação Real

Mais Exportações, menos Importações

Menos Exportações, mais Importações

3. Para mais detalhes sobre o tema da apreciação do tipo de câmbio real na Venezuela, ver Informe Semanal de Ecoanalítica, 27 de setembro de 2006.

1974, ano do primeiro *boom* petrolero. Ou seja, havia 34 anos que a economia venezuelana não recebia uma injeção de gasto público de tal magnitude. Essa política fiscal expansiva, no contexto de um controle cambial, gerou altíssimos graus de liquidez monetária, o que, somado a taxas de juros reais negativas, resultou em fortes incentivos ao consumo e desincentivos à poupança.

Quanto à política comercial, ela se caracterizou pela discricionariedade, sistemáticos surtos protecionistas, um aumento das exportações petroleras no total das exportações⁴ e, portanto, uma queda das exportações não-petroleras. Este último fato torna ainda mais aguda a já muito extrema dependência do petróleo do setor externo e, portanto, torna a economia venezuelana mais vulnerável a qualquer eventual moderação dos preços do petróleo.

Não obstante, há altas probabilidades de que, no curto prazo, os preços médios do petróleo cru venezuelano se mantenham próximos dos US\$ 50/ barril. Em consequência, o desempenho da economia durante o resto do ano de 2007 continuará associado, em larga medida, à trajetória do gasto público impulsionado por altos preços do petróleo. Esses fatores, combinados com as estatísticas oficiais sobre os resultados econômicos dos dois primeiros meses do ano, permitem avaliar as perspectivas da economia venezuelana no curto prazo e apresentar algumas projeções, “com alta probabilidade de ocorrência”, para 2007. Tudo parece indicar que este ano se caracterizará por um crescimento relativamente alto do PIB (em torno de 5% ou 6%) combinado com uma inflação superior a 20%, a qual seria novamente a mais alta para uma economia da América Latina neste ano. Isso, no contexto de altos preços do petróleo, permitiria dar continuidade a uma política fiscal “altamente” expansiva gerando crescimento no curto prazo, mas aumentando os desequilíbrios monetários e fiscais no médio e longo prazo (Tabela 1).

Tabela 1. Projeções econômicas da Venezuela 2007.

Final 2007	
PIB	5-6%
PIB Petrolero	2%

continua

4. Para 2006, as exportações petroleras representaram quase 90% das exportações totais do país.

continuação

PIB Não Petrolero	6%
Taxa de Inflação	+20%
Bs. US\$ (oficial ao final de 2007)	2150* Bs US \$
Reservas Internacionais (US \$ MM)	33
Balança Fiscal Governo Central (% do PIB)	-4%
Cesta Petrolera Venezuelana (Média para 2007)	50 US \$

Fonte: Cálculos próprios.

4. CONCLUSÕES

Nas atuais circunstâncias, a política econômica da Venezuela se caracteriza por:

- Controles de preços, do tipo de câmbio e de taxas de juros.
- Apreciação do câmbio (com o conseqüente *boom* de importações e queda das exportações não-petroleras).
- Altos graus de liquidez e taxas de juros reais negativas que geram fortes incentivos ao consumo e desincentivos à poupança.
- Discricionariedade, sistemáticos surtos protecionistas da política comercial e queda das exportações não-petroleras.
- Carência de direitos de propriedade “claros”, que junto a “outros” fatores políticos e econômicos geram efeitos muito negativos sobre os níveis de investimento privado nacional e estrangeiro.
- Uma política fiscal e cambial que só é sustentável em um contexto de altos preços petroleros, o que implica que a economia venezuelana, ainda mais que no passado, mostra hoje uma grande vulnerabilidade e dependência da evolução dos preços do petróleo.

Tendo em vista esses fatores, não resta mais espaço senão para o ceticismo sobre a sustentabilidade do crescimento econômico no médio e longo prazo, o futuro da competitividade da economia não-petrolera e, fundamentalmente, sobre a capacidade da economia venezuelana para enfrentar os desafios de uma integração com o Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRO, R. *Determinants of economic growth: a cross-country empirical study*. Cambridge, Mass./ Londres: MIT Press, 1997.
- BANCO MERCANTIL. *Carta Económica Semanal*. Várias semanas de 2006 e 2007.
- _____. *Informe Económico Mensual*. Vários meses 2006 e 2007.
- DAZA, A., PUENTE, J. Escenarios para la economía venezolana: estabilización o simplemente retraso de la reformas. *Debates IESA*, out.-dez. 2001.
- DORNBUSCH, R., EDWARDS, Sebastián. *Reform, recovery, and growth: Latin America and the Middle East*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- ECOANALITICA. *Informe Semanal*. 27 de setembro de 2006.
- GUTIÉRREZ, A. *Venezuela: oportunidades y amenazas de su inserción en el MERCOSUR*. University of Miami, outubro, 2006.
- HAUSMAN, R. *Shocks externos y ajuste macroeconómico*. Caracas: Ediciones IESA, 1992.

JOSÉ MANUEL PUENTE

Ph.D. em Economia Política, Universidade de Oxford, Reino Unido,
e professor e pesquisador do Centro de Políticas Públicas do Instituto
de Estudos Superiores de Administração, Caracas, Venezuela.